

Psicologia em Pesquisa

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa>

Luto de mães que tiveram seus filhos assassinados: revisão sistemática de literatura

Grief in mothers who had their children murdered: a systematic literature review

Duelo de madres cuyos hijos han sido asesinados: revisión sistemática de literatura

Vinícius dos Santos Lima¹, Luís Fernando de Souza Benício², Jéssica Silva Rodrigues³, João Paulo Pereira Barros⁴ & Carla Jéssica de Araújo Gomes⁵

¹ Coordenadoria de Alternativas Penais do Estado do Ceará. E-mail: vinicius.lima.726@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-5486-4035>

² Centro Universitário Christus. E-mail: luisf.benicio@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0765-2568>

³ Universidade Estadual do Ceará. E-mail: jsrodrigues1@uesc.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8395-1626>

⁴ Universidade Federal do Ceará. E-mail: joapaulobarros07@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7680-576X>

⁵ Universidade Federal do Ceará. E-mail: carlajessicagomes@alu.ufc.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6979-2646>

Informações do Artigo:

Vinícius dos Santos Lima
vinicius.lima.726@gmail.com

Recebido em: 19/04/2023
Aceito em: 03/12/2023

RESUMO

Este artigo objetiva analisar como a literatura científica brasileira retrata o luto de mães que perderam seus filhos para a dinâmica da violência letal. Trata de uma Revisão Sistemática de literatura realizada por meio das plataformas CAPES e BVS, no período entre abril e maio de 2021, utilizando-se os descritores: Luto OR Processos de Luto; Mães OR Genitoras; Violência OR Homicídios e Jovens OR Adolescentes. Após a análise, foram selecionados oito artigos publicados entre os anos de 2013 e 2020. Os resultados foram organizados nas seguintes categorias: condições de produção dos homicídios dos filhos dessas mães; repercussões das mortes nessas mulheres; estratégia de enfrentamento e elaboração dessas mortes.

PALAVRAS-CHAVE:

Violência; Mães; Luto; Cuidado.

ABSTRACT

This article aims to analyze how the Brazilian scientific literature portrays the mourning in mothers who lost their children to the dynamics of lethal violence. This is a systematic literature review conducted on the CAPES and BVS platforms in the period between April and May 2021, using the descriptors: Mourning OR Mourning Process; Mothers OR Genitors; Violence OR Homicides; and Youth OR Teenagers. After the analysis, eight articles published between 2013 and 2020 were selected. The results were organized into the following categories: conditions of production of the homicides of these mothers' children; repercussions of the deaths on these women; coping strategies and elaboration of these deaths.

KEYWORDS:

Violence; Mothers; Mourning; Caregiving.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar cómo la literatura científica brasileña retrata el duelo de madres que perdieron a sus hijos por la dinámica de la violencia letal. Se trata de una Revisión Sistemática de la Literatura realizada a través de las plataformas CAPES y BVS, en el período comprendido entre abril y mayo de 2021, utilizando los descriptores: Duelo OR Proceso de Duelo; Madres OR Progenitoras; Violencia OR Homicidios y Jóvenes OR Adolescentes. Tras el análisis, se seleccionaron 8 artículos publicados entre los años 2013 y 2020. Los resultados fueron organizados en las siguientes categorías: Condiciones de producción de los homicidios de los hijos de estas madres; repercusiones de las muertes en estas mujeres; estrategias de afrontamiento y elaboración de estas muertes.

PALABRAS CLAVE:

Violencia; Madres; Luto; Cuidados;

Este artigo tem por objetivo analisar como a literatura científica brasileira retrata o luto de mães que perderam seus/suas filhos/as para a dinâmica da violência letal. Vale ressaltar que, dentro desse perfil de filhos/as, têm-se como foco de interesse a população jovem do Brasil, haja vista que, segundo o Atlas da Violência de 2021, a violência ainda é a principal causa de morte dos jovens no Brasil, uma vez que do total de homicídios do ano de 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos (Cerqueira, 2021). Dessa forma, tal percurso se desenvolveu por meio da análise de publicações nacionais que têm relação com a temática, a

fim de compreender como a literatura tem abordado a produção dessas mortes, seus efeitos no cotidiano das mães e o suporte socioinstitucional dado a essas mulheres.

Nas reflexões realizadas no presente artigo, considera-se a realidade sociopolítica do Brasil profundamente marcada pelo processo de colonização, em que corpos negros foram submetidos às mais diversas formas de exploração e violência. Debate-se, aqui, o luto das mães enquanto expressões da colonialidade, tendo em vista que as inúmeras problemáticas – como pobreza, racismo, LGBTfobia, sexismo – que marcam o cotidiano dos/as jovens assassinados/as e dessas mulheres - são expressões de atualizações de uma matriz de poder colonial (Tavares, 2021).

Tavares (2021), ao discutir as especificidades no luto na população negra, aponta o processo de hiperexposição desta população à morte, haja vista o genocídio negro em curso há séculos no País (Nascimento, 2016). Acerca do cenário de matabilidade de corpos negros, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) apontam que, em 2021, 408.605 pessoas negras foram assassinadas na última década, número que corresponde a 72% do total de homicídios no País. O Instituto Sou da Paz (2022) mostra que homens negros têm 3,5 vezes mais chances de serem vítimas de assassinato por arma de fogo.

Os dados refletem um cenário necropolítico (Barros, 2019), que mata, sobretudo, corpos negros e periféricos. Fazem parte dessa política de morte discursos de legitimação de assassinatos que apontam esses corpos como não enlutáveis, resultante da criminalização da juventude negra, constantemente associada ao emblema do perigo ou à figura do ‘envolvido’ (Barros, 2019). Essas mortes se fazem pesar nos territórios e nos cotidianos de familiares das vítimas (Santos, 2010), impactando, sobretudo, na trajetória das mães, constituindo modos indiretos de fazer morrer essas mulheres (Rodrigues, 2019).

Os estudos de Araújo (2019) e Rodrigues (2019) sobre mães que perderam seus/suas filhos/as assassinados/as retratam o quanto tem sido difícil trilhar o caminho da dor oriunda dos lutos. Os referidos autores apontam que esses sofrimentos possuem dimensões singulares e coletivas, que remetem aos aspectos políticos e sociais que envolvem esses homicídios, destacando especificidades dos lutos vivenciados nessas situações. Em sua maioria, essas mães são mulheres negras, que vivem nas periferias urbanas ou zonas rurais e ocupam postos de trabalho precarizados. Ao analisarmos a intersecção dos diferentes marcadores sociais dessas mulheres, percebe-se que a dor da perda dos/as filhos/as se soma a outras dores oriundas das diferentes desigualdades às quais elas estão submetidas.

Além disso, a invisibilização das dores produzidas pelas mortes, associada à escassez de políticas de cuidado apontam-nos a necessidade de tematizarmos a politização do luto nessas mulheres. Diante de tal realidade, faz-se necessária a reflexão acerca de como tem se dado o enlutamento dessas mães, considerando os diferentes marcadores que, atravessados, produzem condições específicas que dificultam o processo de elaboração do luto dessas mulheres.

O luto caracteriza-se como um processo que se realiza entre o subjetivo e o social, inerente à vida humana (Alencar, 2011), relacionando-se a uma necessidade humana básica de vinculação com algo ou alguém que acaba sendo frustrada, devido à perda do alvo dessa vinculação (Bowlby, 1980). Parkes (1971, como citado em Stroebe et al., 1993) afirmam que o luto pode ser considerado um processo emocional gerado por algo ou alguém que nos falta, colocando, assim, o ser humano em uma espécie de transição psicossocial, exigindo reestruturações de suas concepções acerca do mundo sem nenhum tipo de preparação prévia.

Segundo Worden (1983, consoante citado em Ramos, 2016), existem fatores que podem influenciar a forma como as pessoas vivenciam seus processos de enlutamento, dividindo-os em seis categorias: características do morto, natureza da relação de vinculação; circunstâncias da perda, história pessoal, personalidade e variáveis sociais. Dependendo de como cada categoria se concretiza, elas podem proporcionar processos de luto mais complicados.

Vale-se ressaltar que os assassinatos desses/as jovens são resultantes de uma série de violações de direitos, que apenas são possíveis graças ao racismo estrutural (Almeida, 2018) que assegura a manutenção de privilégios e as formas de dominação coloniais que mantêm sob opressão corpos negros e periféricos. Desse modo, pensar o luto dessas mães negras e periféricas aponta-nos para a necessidade de deslocarmos as teorias postas como "clássicas" sobre morte e luto, em que se parte de uma suposta universalização desses processos, de modo a desconsiderar as especificidades raciais nos modos de viver essas dores (Tavares, 2021).

Por meio de tecnologias que legitimam a morte de jovens negros/as e periféricos/as, transforma-se em ilegítimo o sofrimento das mães que choram suas perdas. Dessa forma, a necropolítica opera não apenas na morte e invisibilização dos lutos, mas também no silenciamento das dores dessas mães, construindo-se o enquadramento de que vivenciar o luto dessas vidas "indignas" carece de uma "autorização" da sociedade, o que opera na deslegitimação das dores dessas mulheres (Rodrigues, 2019).

Pode-se pensar uma aproximação desse processo de deslegitimação e aquilo que Casellato (2015) aponta como "luto não reconhecido", experiência de perda que não pode ser admitida abertamente, assim como não pode ser expressa ou suportada no âmbito social. Esse movimento de proibição ocorre pela criação de "normas" que ditam o quando, por quem, quem,

onde e como deve ser o enlutamento das pessoas (Casellato, 2015). Dessa forma, essa lógica reforça a sensação de negação do direito dessas mães de chorarem suas dores das perdas.

Tendo em vista esse campo problemático, espera-se que o mapeamento e a análise da literatura científica brasileira, realizados neste artigo, possa contribuir no âmbito das políticas públicas, pautando práticas de cuidado e justiça que sejam sensíveis ao público afetado pela problemática em questão. Ademais, também se espera problematizar as estratégias de visibilização que recaem sobre essas mortes e os lutos em decorrência delas. O texto se desenvolverá mediante três seções: a primeira trará os percursos metodológicos; a segunda trará os resultados do processo de pesquisa e a categorização em temáticas; por último, discutir-se-á como o histórico de violências e violações de direitos básicos da população negra, pobre e periférica brasileira tem impactado não só na ocorrência da morte desses/as jovens, mas na forma como as mães têm de vivenciar o período após a perda dos/as filhos/as.

Método

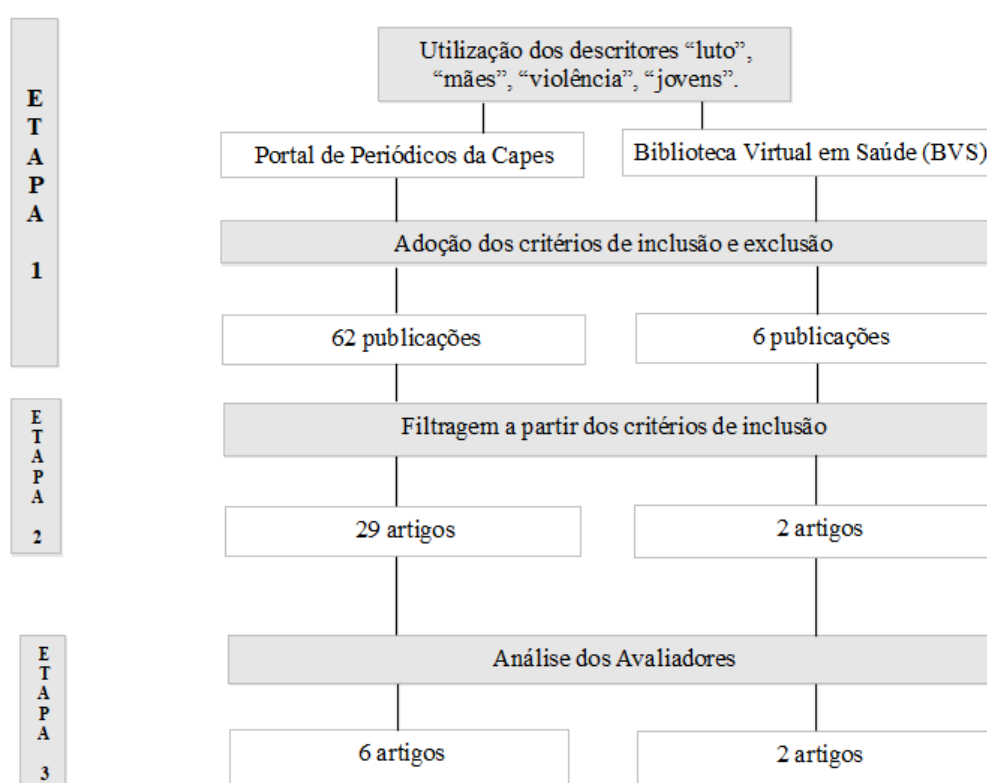
Para a elaboração deste trabalho, optou-se pela Revisão Sistemática de Literatura (RSL), sendo esse um tipo de estudo que tem como fonte de dados a literatura sobre uma temática específica. Desse modo, possui um caráter retrospectivo e secundário, visto que é realizado após a publicação de estudos sobre o tema de interesse. Além disso, a RSL possibilita a identificação, a integração e o destaque de temas que necessitam de uma maior relevância e que podem contribuir em investigações futuras (Sampaio & Mancini, 2007).

No presente estudo, as pesquisas foram realizadas entre os meses de abril e maio de 2021, por meio do Portal de Periódicos da Capes e da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Para a realização das buscas, foram utilizados quatro descritores: “luto”, “mães”, “violência”, “jovens” - todos eles contidos no vocabulário controlado de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Atrelados a essa busca, utilizaram-se, também, como descritores sinônimos:

“processos de luto”, “genitoras”, “homicídios”, “adolescentes”. A escolha pelos descritores “jovens OR adolescentes” se deu pela predominância da violência como principal causa de morte de jovens entre 15 e 29 anos (Cerqueira, 2021).

Figura 1

Etapas da Revisão Sistemática de Literatura



Em termos de critérios de inclusão e exclusão, optou-se por artigos com enfoque na realidade brasileira, podendo esta ser retratada nos idiomas português, espanhol e inglês. O segundo critério utilizado foi o período das publicações, uma vez que se decidiu incluir apenas publicações feitas a partir do ano de 1996. Tal escolha deu-se devido ao entendimento da importância do marco histórico-institucional da Resolução WHA49.25 adotada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1996, a qual declarou a violência como um problema de saúde pública (Krug et al., 2002).

Outro critério de inclusão utilizado referia-se ao tipo de publicação, em que os materiais escolhidos foram apenas artigos científicos, excluindo-se qualquer outro tipo de publicação que não se caracterizava como tal. Por fim, os periódicos encontrados tinham que ter passado, obrigatoriamente, por um processo de revisão por pares, considerando o critério de qualidade e reconhecimento dos manuscritos na comunidade científica.

Tabela 1

Artigos Selecionados para esta Revisão Sistemática de Literatura

Título	Autores	Revista
Repercussões do homicídio nas famílias das vítimas: uma revisão da literatura	Costa et. al. (2017a)	Ciência & Saúde Coletiva
Homicídios de jovens: os impactos da perda em famílias de vítimas	Costa et. al. (2017b)	Physis
Letalidade policial e respaldo institucional: perfil e processamento dos casos de “resistência seguida de morte” na cidade de São Paulo	Godoi et. al. (2020)	Revista de Estudios Sociales
Drogas-Pra que te quero? Drogadição e Adolescência na Voz dos Socioeducadores	Jimenez et. al. (2018)	Psicologia: Teoria e Pesquisa
Ações coletivas de mães em luto da Zona Leste de São Paulo	Calado (2020)	Extraprensa
Redefinições da condição de morador: classificações das clientelas no mandato policial cotidiano e suas consequências nas relações entre polícia e população.	Barbosa & Sá (2015)	Caderno CRH
Cultura hip-hop e enfrentamento à violência: uma estratégia universitária extensionista	Imbrizi et. al. (2019)	Fractal Revista de Psicologia
Reorganização familiar e rede social de apoio pós-homicídio juvenil	Domingues & Dessen (2013)	Psicologia Teoria e Pesquisa

A escolha pela plataforma CAPES deu-se devido ao grande número de outras bases que a ela estão indexadas, possibilitando, assim, o contato com um considerável arcabouço de publicações. Foram encontradas, nas buscas nesta plataforma, 62 publicações. Após o processo de filtragem por meio de inclusão estipulada, restaram 29 artigos para análise conjunta de dois avaliadores. Ao final do processo de avaliação dos juízes, verificou-se que apenas 6 artigos possuíam relação com o objeto de estudo pesquisado na referida plataforma.

Para contemplar outras bases não pertencentes à CAPES, optou-se, também, pela BVS, tendo em vista esta ser uma plataforma referência para pensar os processos de saúde-doença-cuidado no campo da saúde coletiva. Inicialmente, utilizando-se os descritores escolhidos e o período estipulado, foram encontradas seis publicações. Adotando os critérios de inclusão e exclusão, foram eliminados os periódicos que não estavam em português e que não eram artigos científicos, além de publicações repetidas. Após a revisão pelos dois avaliadores, obteve-se um total de 2 artigos que possuíam relação direta com a temática estudada.

Resultados

Os artigos encontrados foram publicados entre 2013 e 2020 e correspondem a três campos de estudo: psicologia (50%), saúde coletiva (25%) e sociologia (25%). Além disso, notou-se uma concentração de estudos sobre a temática na região Sudeste, abarcando 75% dos artigos encontrados. Em contrapartida, as regiões Nordeste e Centro-Oeste tiveram, cada uma, 12,5% dos achados; e as regiões Norte e Sul não tiveram publicações encontradas. Outrossim, dos 8 artigos desta RSL, 100% deles tiveram o método qualitativo de pesquisa.

Por meio dos resultados encontrados com a análise das publicações, essa revisão terá como norte três categorias: condições de produção das mortes dos filhos; repercussões das mortes nas mães; e estratégias de enfrentamento e elaboração das mortes. Tal categorização foi feita desde a percepção de uma aproximação temática entre as publicações, possibilitando, assim, a criação de três grandes temas orientadores para o artigo em questão.

Condições de Produção das Mortes dos Filhos

Godoi et al. (2020), Jimenez et al. (2018), Calado (2020), Barbosa e Sá (2015) e Imbrizi et al. (2019) abordam a discussão acerca de como se têm produzido os óbitos de juventudes na sociedade brasileira. Os autores deixam evidente que todo esse contexto parte de uma ordem multifatorial, em que não se tem uma causa única que dê conta de justificar a violência letal que atinge a população jovem brasileira.

Imbrizi et al. (2019), como resultado de um trabalho de rodas de conversas, realizado em um projeto de extensão na Universidade Federal de São Paulo - Baixada Santista, tencionam essa discussão, também, por meio dos números presentes no mapa da violência de 2016, e afirmam que o Brasil convive, principalmente, com um tipo de extermínio direcionado a um perfil econômico, etário e étnico-racial específico e delimitado: jovens negros do sexo masculino. Dessa forma, segundo Imbrizi et al. (2019), o racismo ainda impera no cenário brasileiro, gerando não só um sofrimento que priva os afetados de seus direitos e possibilidades, mas também ceifa vidas e faz que essa população se transforme apenas em dados estatísticos cada vez mais tristes, preocupantes e com tendências de aumento.

Ao mesmo tempo, Jimenez et al. (2018) discutem a compreensão da relação entre o uso de drogas e a prática infracional de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas por meio de entrevistas semiestruturadas com seis socioeducadores. A partir dos relatos, apontou-se que a maconha é uma forma encontrada por esses/as jovens de amenizar a realidade de

sofrimento social a que eles/as e suas famílias estão sujeitos, havendo, além da busca por prazer, uma tentativa de desligamento de si e esquecimento de problemas, como condições de vida precária, dificuldade de ingresso no mercado de trabalho, entre outras situações.

Ainda segundo o estudo de Jimenez et al. (2018), a busca por liberdade dos problemas e a apatia em enfrentá-los tornam esses jovens dependentes do uso de drogas e impõem a eles uma vida bastante controlada socialmente, controle esse exercido pelo sistema socioeducativo, pelo próprio tráfico de drogas e pela polícia. Dessa forma, de acordo com os autores, o fato de estar sujeito a essas formas de controle pode fazer que esses jovens estejam mais propensos a se tornarem vítimas nessa dinâmica da violência letal.

Ademais, Barbosa e Sá (2015), por meio de um trabalho de pesquisa etnográfico, refletem sobre como a polícia mobiliza a condição de morador da população em algumas comunidades na cidade de Juazeiro do Norte e no sul do Ceará. Com isso, as discussões tecidas pelos autores apontam que a atuação e o patrulhamento desses profissionais partem de uma lógica própria criada por eles, que classifica, dicotômica e moralmente, os habitantes dessas áreas em “vagabundos” e “cidadãos de bem”. Tais rotulações contribuem para um agenciamento de poder que impacta na maneira com que esses profissionais, “aplicadores da lei”, exercem suas condutas (Barbosa & Sá, 2015).

Calado (2020), em sua pesquisa de análise de publicações da página no Facebook “Mães em Luto da Zona Leste”, mostra que as instituições de segurança e justiça brasileira, assim como de outras nações ocidentais, têm como principal influência o modelo chamado de dissuasório, que se caracteriza por promover vigilância intensa e policiamento ostensivo, havendo, assim, uma maior probabilidade de violência policial. Ademais, os direitos dos infratores são vistos como incentivos à criminalidade, pois há uma constante valorização de

indicadores relacionados à violência policial e ao tratamento de indivíduos como potenciais criminosos (Calado, 2020).

Godoi et al. (2020) investigam a violência letal decorrente de ações policiais na cidade de São Paulo, por meio de estudos e análises de boletins de ocorrência (BO 's) registrados pela Polícia Civil, no ano de 2012, como “resistência seguida de morte” e de seus consequentes processos judiciais. Os autores concluíram que a polícia, sobretudo militar, mata, principalmente, jovens negros que residem em áreas periféricas e em circunstâncias de repressão a crimes contra o patrimônio. Essas mortes não são registradas como homicídios e os jovens não são caracterizados como vítimas nos BO's. Somado a isso, tais casos descartam qualquer suposição de abuso da força policial, centrando-se na caracterização moral dos jovens vitimados como forma de justificação (Godoi et al, 2020).

Os autores ainda trazem um comparativo com a cidade do Rio de Janeiro, que apresenta uma situação mais delicada: geralmente, nas cenas dos crimes, os policiais tendem a ser as únicas testemunhas e utilizam apenas uma pessoa para reconhecimento do corpo que, normalmente, são as mães (Godoi et al, 2020). Esses profissionais, alegando que as favelas são locais de risco, evitam que a perícia chegue até o local, dificultando o trabalho de avaliação da cena do crime. Com isso, eles mesmos acabam levando os corpos para as instituições hospitalares, mesmo assim alguma equipe não aparece para realizar a perícia.

Os inquéritos são elaborados, contudo, as perícias técnicas e os depoimentos - exceto os dos policiais - não costumam ser levados em consideração no decorrer dos processos (Godoi et al., 2020). Dessa forma, Godoi et al. (2020) denunciam o processo de silenciamento dessas vítimas, até mesmo, após as suas mortes, em que se leva em consideração apenas a versão dos “homens da lei”, que tem sua validação nos aparatos institucionais, e entrega ao esquecimento não só a história real por trás daquele episódio, mas também a história de vida de muitos jovens.

Repercussões das Mortes nas Mães

Tomando como base os artigos encontrados nesta RSL, as mães das vítimas mostram-se como o membro familiar mais presente em estudos que fazem referência à morte de jovens em decorrência da violência letal. Nas pesquisas desenvolvidas por Costa et al. (2017b) e Domingues e Dessen (2013), que foram realizadas por meio de entrevistas e aplicação de questionário em familiares de jovens assassinados/as, a maioria dos respondentes era composta por pessoas do sexo feminino, que, geralmente, eram as genitoras das vítimas.

Segundo Costa et al. (2017b), mediante seu trabalho de entrevistas e análises de narrativas familiares, puderam perceber que essa predominância das mães deve-se a alguns fatos: inibição dos pais em expressar seus sentimentos, devido à noção cultural de que os homens têm sempre que demonstrar força; as mães têm encontrado socialmente mais espaço e apoio para manifestar suas dores; e as mulheres costumam frequentar os serviços de saúde com mais frequência que o público masculino; logo, é nesses espaços que há a identificação e o convite para que familiares possam participar desse tipo de estudo.

Costa et al. (2017a) e Costa et al. (2017b) elencam uma série de sintomas que acomete as mães ou agrava seus estados de saúde, fazendo-as frequentarem mais assiduamente os serviços de saúde, como diabetes, anorexia, aumento do colesterol, obesidade, insônia, perda de memória, problemas gástricos e cardíacos, distúrbios na tireoide, perda ou aumento de peso, taquicardia, câncer; além de fobias, ansiedade, depressão e tentativa de suicídio. Em alguns casos, também se nota a presença do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), que pode acometer pessoas que vivenciaram, indiretamente, o episódio traumático.

Domingues e Dessen (2013), em um estudo que contou com a aplicação de um questionário de caracterização do sistema familiar e entrevista semiestruturada a mães e irmãos de jovens assassinados, realizaram uma categorização referente aos sentimentos em relação à perda do ente querido. Com isso, os sentimentos expressados foram de descontrole/desespero, depressão/vontade de morrer, dor/sofrimento, saudade/falta, revolta/vingança, culpa e medo. Tal pesquisa revela o quanto um período de enlutamento pode apresentar uma ambiguidade de sentimentos simultaneamente, principalmente se tiverem que ser elaborados, considerando uma perda violenta e inesperada.

Os estudos de Costa et al. (2017a), Costa et al. (2017b) e Domingues e Dessen (2013) mostram que as mães, além de terem que lidar com o seu próprio sofrimento, passam a ter que conviver com a dor dos outros familiares. A perda gera o empobrecimento da vida em família, de forma que essa se torna cada vez mais triste, angustiante e desconfortável, pois as memórias do/a filho/a perdido/a mantêm-se presentes. Devido a isso, as relações familiares acabam se fragilizando (Costa et al., 2017a; Costa et al., 2017b).

O trabalho de Domingues e Dessen (2013) mostra, ainda, que a morte de um/uma jovem tende a aumentar a chance de disfunções nos relacionamentos conjugais, visto que, em sua pesquisa com oito famílias, a maioria relatou distanciamento nas relações afetivas com o cônjuge ou namorado após a perda. Em decorrência disso, os terminos ou divórcios ocorrem com mais frequência nesse tipo de situação.

Costa et al. (2017a), por meio de uma revisão integrativa de literatura sobre a repercussão do homicídio na família das vítimas no período de 1990 a junho de 2015, observam que, somado ao estremecimento das relações conjugais, ainda se torna preciso lidar, em alguns casos, com os outros adolescentes e crianças no ambiente familiar que também estão passando pelo período de perda – geralmente, de um irmão. De acordo com os autores, esses jovens têm

exibido sensações de medo de que algo aconteça com eles/as e com seus familiares, além de sentirem-se invisíveis diante do caos que a família enfrenta, fazendo que evitem compartilhar o sofrimento que estão sentindo. Em outras situações, há a prevalência de certo nervosismo e inquietação que faz que eles/as, apesar do medo, criem coragem para buscar vingança pela morte do familiar perdido.

Além disso, Costa et al. (2017a) e Costa et al. (2017b) ainda indicam que muitos dos/as jovens assassinados/as encontravam-se no papel de provedores financeiros da família. Dessa forma, com a morte deles/as, a renda mensal diminui, e os problemas econômicos se agravam. Esse problema repercute, também, no momento pós-óbito, em que os familiares se organizam para arcar com os custos inesperados de funerárias, rituais e todas as outras burocracias advindas de um processo de morte (Costa et al., 2017a; Costa et al., 2017b).

Costa et al. (2017b) aludem que o medo e a insegurança gerados pela forma como ocorrem os homicídios causam ainda mais sofrimento à perda; além do próprio temor de represálias - devido à vida pregressa dos/as filhos/as - levando a família a evitar determinados locais e ficarem mais isoladas ou, até mesmo, se mudarem.

Outrossim, Costa et al. (2017a) apontam que, em decorrência da forma como esses/as jovens viviam, alguns exibindo comportamentos ditos “transgressores”, as mães passam a ter que lidar com o estigma social que envolve esse homicídio, tendo que ouvir discursos como “foi apenas mais um bandido que morreu”. Segundo os autores, isso pode gerar nessas mães uma sensação de isolamento e de privação do seu direito de vivenciar o luto, visto que o assassinato de um jovem considerado criminoso é entendido como merecido pela sociedade.

Reforçando ainda mais essa estigmatização social, a mídia pode acabar tornando-se mais um fator agravador do sofrimento dessas mães, de acordo com o estudo de Costa et al. (2017a). Os autores expõem que o interesse pela audiência faz que a imprensa publitize a morte de jovens, muitas vezes, de forma desumanizante, banalizando a perda vivenciada pelos familiares. A maneira como a vítima é retratada, juntamente com as circunstâncias da morte, pode acarretar uma distorção da realidade e gerar sensações de violação, exposição e, até mesmo, de perda do controle da verdade que as mães têm sobre a vítima.

Estratégias de Enfrentamento e Elaboração das Mortes

Levando em consideração o que é debatido nas publicações de Costa et al. (2017a), Costa et al. (2017b), Calado (2020) e Imbrizi et al. (2019), as instituições de saúde e de justiça encontram-se bastante próximas das mães que tiveram seus filhos assassinados. Entretanto, o que esses estudos mostram é que essa proximidade não transmite qualidade.

Devido às circunstâncias da morte, os equipamentos de saúde apresentam desinteresse e distanciamento desses casos, fazendo-se presentes apenas após um longo período depois do óbito, em que, em muitos casos, as mães já se encontram adoecidas. Outrossim, quando essas mães adentram esses serviços, ainda têm de se deparar com uma baixa oferta de lugares e práticas que possibilitem o enfrentamento da situação, além de encontrarem profissionais despreparados para lidar com tal demanda (Costa et al., 2017a; Costa et al., 2017b).

Costa et al. (2017a), partindo da ideia de que essas mortes por homicídio causam fortes impactos biopsicossociais nas mães e nos outros familiares, apresentam modelos de intervenção para o acolhimento, o acompanhamento e o manejo desses casos; modelos esses que demonstram resultados positivos. Intervenção na crise, terapia farmacológica, suporte grupal, terapia de família e terapia individual são apenas alguns exemplos de práticas de saúde que seriam ideais para os serviços de saúde do Brasil.

No que se refere ao âmbito judicial, Calado (2020) e Imbrizi et al. (2019) mostram como a busca por justiça torna-se um verdadeiro entrave e fator de revitimização para essas mães. Os dois estudos apresentam exemplos de mães que tiveram que buscar formas de suas demandas serem reconhecidas, visando, assim, a uma nova possibilidade de se fazer justiça.

No caso de Imbrizi et al. (2019), os autores citam o “Movimento Mães de Maio”. Tal movimento foi criado por mães de jovens mortos em decorrência de situações de violência, que tem por objetivo principal reunir familiares das vítimas da violência de Estado e denunciar as constantes violações de direitos humanos.

O estudo de Calado (2020) apresenta os movimentos sociais na América Latina de mães que lutam contra a violência policial. Nesse contexto, a autora detém-se sobre o exemplo do movimento brasileiro: Mães em Luto da Zona Leste. O objetivo do artigo foi verificar o papel do *Facebook* na resignificação do luto dessas mães que perderam seus/suas filhos/as em decorrência de homicídios. Mediante seu estudo, Calado (2020) apontou que as redes sociais são de suma importância para essas mulheres, pois, além de favorecer a construção de vínculos de solidariedade com outros movimentos sociais, possibilitam que elas demonstrem que as mortes de seus/suas filhos/as não são apenas dados estatísticos, pois as vítimas possuem nomes, famílias e histórias que devem ser contadas, ouvidas e reconhecidas.

Para Costa et al. (2017b), outra forma que as mães também encontram para suprir a ineficiência das instituições é a busca pela espiritualidade. O apego às crenças religiosas, a vivência da fé e a participação em celebrações possibilitam a essas mães sentido aos sentimentos de incompreensão, injustiça e revolta, passando a entender que a tragédia ocorrida faz parte de um propósito maior e que a justiça será feita, ao menos, no plano divino. Esse apego à espiritualidade é um fator protetivo para essas mães, visto que proporciona conforto e pode, aos poucos, atenuar a dor de perder um/uma filho/a (Costa, et al., 2017b).

Discussão

Pelos resultados encontrados, pode-se inferir que o número de estudos brasileiros que abordam a temática do luto de mulheres que perderam seus/suas filhos/as para a dinâmica da violência letal ainda é muito pequeno, se comparado às estatísticas anuais de jovens vitimados no País, o que aponta para a invisibilidade nos estudos científicos dos sofrimentos dessas mães. Tal cenário acabou por refletir no baixo número de publicações encontradas para compor essa RSL, que poderia ter tido maior aprofundamento e variabilidade de referências.

Notou-se que, dos oito artigos utilizados para essa revisão, dois deles não tratavam, diretamente, do momento pós-óbito dos jovens, mas das possíveis condições de produção dessas mortes, entendendo que, em um primeiro momento, tais perdas podem partir de diversos fatores (Costa et al., 2017a; Costa et al., 2017b). Entretanto, essa quantidade de fatores possui, antes de tudo, estreita relação com uma lógica de normalização operante há muito tempo, no território brasileiro, chamada *Racismo de Estado*.

Esse funciona como um mecanismo de segurança do próprio Estado que tem por objetivo fazer morrer, de maneira direta – morte propriamente dita – e indireta – exposição à morte, multiplicação de riscos, rejeição – toda uma população que pode representar perigo para a classe dominante (Santos, 2020). Dessa forma, tal mecanismo, por meio de um corte, permite diferenciar quem deve morrer e quem deve viver, condicionando a sobrevivência de uma parte da população em detrimento de outra parcela populacional (Almeida-Segundo et al., 2020).

Segundo Barros (2019), essa forma de racismo no Brasil efetiva-se a partir de uma tecnologia de poder, que trabalha econômica e simbolicamente em prol da gestão da morte: a necropolítica. Tal racionalidade faz que haja uma aceitação, e se veja dentro de uma normalidade, por parte da sociedade, a matança que vitima certas juventudes, pois se define quem deve viver e morrer por meio da criação de um “inimigo ficcionalizado” (p. 222). Com

isso, a partir do pensamento de Mbembe (2017), pode-se dizer que, na sociedade pós-moderna, prevalece a percepção de que, se a existência do outro se torna uma possibilidade de assalto à minha própria vida, como ameaça ou perigo absoluto, há razões concretas para a eliminação desses corpos para que a vida e a segurança possam ser preservadas.

Ademais, o trabalho de revisão possibilitou perceber que, em um homicídio juvenil, não há apenas uma vítima, visto que a família se torna uma vítima secundária do acontecido. Redmond (1989, como citado em Costa, 2017b) calcula que cada homicídio afeta a vida de, aproximadamente, 7 a 10 familiares. Por isso, aqueles que têm de lidar com a perda podem ser considerados sobreviventes do homicídio (Viano, 2007, como citado em Costa, 2017b). De acordo com Barros et al. (2020), essas famílias também têm de sobreviver à intensificação de seus sofrimentos, tendo em vista que estão inseridos em uma conjuntura que discrimina, violenta e não se importa em fornecer proteção e cuidado a essas pessoas.

As publicações analisadas tiveram, em sua maioria, o foco na família como um todo no momento pós-óbito. No entanto, quando as publicações traziam métodos de pesquisa, como entrevistas e aplicação de questionário, as mães eram o familiar mais presente. Pôde-se notar que, com a morte dos/as jovens, essas mulheres tornam-se as principais sobreviventes do homicídio e acabam tendo que enfrentar - muitas vezes, sozinhas - grande parte das dificuldades que surgem após a perda dos/as filhos/as.

Esse período de sofrimento é apenas mais um na trajetória dessas mães que, muitas vezes, encontram dificuldades na criação de seus/suas filhos/as desde muito cedo, por causa de fatores socioeconômicos. No momento do homicídio, elas se encontram, mais uma vez, sozinhas, desamparadas e, por vezes, cansadas de lutar em busca da reversão do destino desses jovens (Costa et al., 2017b). Dessa maneira, torna-se importante pensar o sofrimento dessas mães sob uma perspectiva psicossocial (Rodrigues, 2019), buscando compreendê-lo não só em

uma esfera individual, o que acabaria favorecendo lógicas de culpabilização dessas mulheres, mas também fruto do contexto capitalista, que individualiza e segrega, e, principalmente, como uma expressão da necropolítica que, além de ser responsável por essas mortes, também constrói os processos de invisibilização dos lutos dessas mães.

Alencar (2011) aborda que o luto não deve ser considerado um processo privado, mas um processo complexo que tem direta relação com as circunstâncias da morte. Pensar nessas circunstâncias cria uma via de mão dupla entre o enlutamento e o espaço social. Por isso, o luto não deve ser considerado como um processo de caráter privado, mas, antes de tudo, inserido dentro de uma dinâmica social e política (Alencar, 2011).

Tendo em vista que muitas dessas genitoras são o ponto de sustentação da família, recai sobre elas inúmeras responsabilidades, como consolar os outros filhos/as e lidar com os gastos financeiros pós-morte. Além disso, espera-se que elas sustentem a relação conjugal e, por vezes, lidem com o sofrimento silencioso dos maridos, já que o enlutamento masculino é atravessado pelo ideal de masculinidade hegemônico, em que se espera do homem uma postura de força e enfrentamento (Casellato, 2015). O impacto desse silenciamento do luto masculino traz consequências não apenas para o próprio homem, mas também na forma como ele se relaciona com outras pessoas, sobretudo esposa e filhos/as, tornando muito mais complexa a dinâmica familiar, que deveria ser um grande ponto de apoio para todos os membros.

Outrossim, como pôde-se observar, nos artigos utilizados nesta revisão, o apoio social que essas mulheres recebem ainda é muito escasso. A forma como os assassinatos acontecem, muitas vezes, gera medo e faz que o suporte a essas mães seja negado, tendo em vista a reprodução de discursos que não só estigmatizam, mas naturalizam e banalizam as vidas perdidas, e que também refletem na forma como as instituições de justiça e de saúde lidam com esses casos, demonstrando um completo desinteresse e despreparo.

Dessa forma, percebe-se que o período de luto que essas mães têm de enfrentar não é nada fácil: as adversidades são inúmeras, e a ajuda é mínima. Em virtude disso, muitas genitoras, infelizmente, acabam adoecendo. A combinação desses fatores, acrescida da forma como as mães têm vivido o pós-perda e da própria maneira como as perdas ocorrem, inesperadas e violentas, torna essas mulheres mais propensas a vivenciar um processo de luto dito complicado (Lazare, 1979, como citado em Worden, 2018).

Pensar em um processo de enlutamento dito como complicado traz à tona um debate que também influencia na forma como o luto dessas mães é cuidado. Doravante esse momento que se delimita uma sintomatologia específica para um luto complicado, sobretudo por influência de compêndios como CID-10 e DSM-V, corre-se o risco de intervenções pragmáticas e limitadas. Trabalhar com um período tão peculiar e difícil exige que se possa não apenas olhar para aqueles sintomas “visíveis” – que podem ser muito diferentes para cada pessoa – mas, principalmente, para o fenômeno do luto como um todo, buscando compreender e intervir por meio de todo o macro contexto biológico, psicológico, social e espiritual; presente antes e depois da morte desses/as jovens (Rando et al., 2012).

Dessa maneira, para além de se pensar em uma sintomatologia específica de um processo de luto complicado, a análise dos artigos desta revisão mostra o quanto os serviços de saúde brasileiros ainda se encontram em pequena quantidade e são incapazes de receber e acompanhar demandas como essa. Isso demonstra, novamente, como essas mães têm de conviver com uma realidade de falta de garantia de direitos mínimos, visto que, nem mesmo uma oferta de saúde de qualidade é possível se obter após a perda traumática de um/uma filho/a.

O fato é que o sofrimento dessas mulheres tem sido negligenciado em meio a uma tentativa de tornar invisível a morte de seus/suas filhos/as. Os empecilhos que essas mães têm encontrado perante os órgãos judiciais, elencados nesta revisão, refletem a falta de interesse e disposição da sociedade brasileira em entender e acolher o sofrimento delas, pois se vive em uma sociedade em que o direito de luto é negado àquelas mães consideradas “mães de bandido” (Rocha, 2012). Em decorrência disso, muitas mães têm entrado em uma longa e árdua jornada buscando transformar o seu luto em luta.

Os movimentos “Mães de Maio” e “Mães em Luto da Zona Leste” expõem a existência não só de uma carga de violência desmedida contra um perfil de jovens, mas a realidade de uma justiça brasileira que não ocorre igualmente para todos. Por isso, essas mães têm encontrado, nesses coletivos, uma nova forma de enfrentar e elaborar o seu processo de luto. Para Araújo (2019), esses grupos formados por mães possibilitam o enfrentamento de barreiras como medo, ameaça, estigma, negação, calúnia, incriminação, tentativa de intimidação e silenciamento e fazem que essas mulheres, por meio da militância social, busquem visibilidade, reparação para a morte dos/as filhos/as e, sobretudo, justiça.

Ademais, a espiritualidade vivida por muitas dessas mães tem sido de suma importância. Diante do amplo desamparo a que elas ficam sujeitas, o suporte oferecido não só por líderes e companheiros de religião, mas também o próprio exercício da fé, independentemente de qual seja, ajuda a confortar essas mães e outros familiares, fornecendo explicações positivas que possibilitam crescimento pessoal e uma melhor elaboração das mortes (Bousso et al., 2011).

Com isso, os resultados desta revisão mostram que, mesmo diante de todo o sofrimento psicossocial vivido com o homicídio de um/uma filho/a e seus desdobramentos, muitas mães têm conseguido encontrar caminhos que proporcionam alguma espécie de conforto, sejam eles mais simples, sejam mais complicados. As perdas transformam a vida dessas mulheres de tal forma que as tornaram ainda mais protagonistas do que já são em nossa sociedade.

Considerações Finais

A morte, em si, é algo doloroso para quem fica e que tem de aprender a lidar com os desdobramentos da perda. Vivenciar o processo de luto é algo inerente ao ser humano, e a forma da qual cada um irá passar por esse processo terá relação não só com sua história de vida, mas também com a maneira como ocorreu a morte do ente querido. Perder alguém de maneira inesperada e violenta - em um homicídio, por exemplo - pode gerar impactos por toda a vida.

As ressonâncias desse tipo de morte puderam ser elencadas nesta revisão e, com isso, percebeu-se o quanto a morte violenta de um/uma jovem afeta, seriamente, a vida de suas mães. No entanto, entende-se que, antes do assassinato, há todo um processo de violências e violações de direito a que essas futuras vítimas estão expostas. Os dados estatísticos reforçam e demarcam que existe, no Brasil, um perfil para as vítimas de homicídios. O *rapper* Emicida, em sua música “Ismália”, pontua que “existe pele alva e pele alvo” no País.

Essa posição de alheamento e, até mesmo, desinteresse da sociedade brasileira com relação às vidas que se tornam apenas dados estatísticos anuais tem feito que mães emplaquem lutas diárias, nos meios físicos e/ou digitais, como forma de externalizar vozes marcadas por inúmeras tentativas de silenciamento. Apesar desses movimentos movidos por mães existirem e lutarem por uma causa extremamente necessária, se eles continuam a crescer, é porque, infelizmente, ainda há muito a se fazer e muito pelo que lutar.

A escassez de estudos brasileiros encontrados nesta RSL apenas reforça o quanto pouco se tem refletido sobre essa problemática. O aumento dessas discussões é essencial, especialmente dentro das políticas do SUS, para que se possa ter um maior número de equipamentos, como CAPS, Unidades de Atenção Primária (UAPS) e, até mesmo, hospitais aptos a acolher as demandas das mães e de outros sobreviventes de homicídios.

Anterior a isso, outra ação importante percebida nesta RSL seria o investimento na desmilitarização da política de segurança pública brasileira. Estruturar a atuação militar dentro de uma perspectiva de guerra e combate e um inimigo social tem possibilitado que essa política de morte que ceifa, principalmente, a vida de jovens pretos e pobres continue a se perpetuar no Brasil. Além disso, ao tirar essas juventudes do papel de inimigas do estado e algozes da violência, desnaturalizando as suas mortes, permitiria que a sociedade e, principalmente, a justiça transformassem a sua postura diante desses assassinatos.

Diante disso, este artigo não se propôs apenas a somar mais um estudo na literatura brasileira que aborda o luto presente em mães que perderam seus/suas filhos/as em virtude da dinâmica da violência, mas almejou, antes de tudo, contribuir com a construção de um arcabouço teórico de uma psicologia que se posiciona socialmente em prol daqueles que se encontram oprimidos. Dessa forma, pretendeu-se valorizar e fazer parte, de alguma forma, da jornada árdua dessas mulheres, que precisam ser reconhecidas e ouvidas.

Referências

- Alencar, S. L. S. (2011). *A experiência do luto em situação de violência: entre duas mortes* [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório Aberto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16919>
- Almeida, S. (2018). *O que é racismo estrutural?* Letramento.
- Almeida-Segundo, D. S., Barros, J. P. P., Benício, L. F. S., Moura Júnior, J. F., & Cataldo, Q. F. (2020). Homicídios juvenis e políticas de morte no estado do Ceará. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72(3), 50-66. <https://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2020v72i3p.50-66>
- Araújo, V. S. (2019). *Mães da Resistência: um olhar sobre o papel do racismo no processo de adoecimento de mães militantes que perderam seus filhos para a violência de Estado* [Dissertação de Mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública]. Repositório Aberto da Fundação Oswaldo Cruz. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/36286>
- Barbosa, W. D. F., & Sá, L. D. D. (2015). Redefinições da condição de morador: classificações das clientela no mandato policial cotidiano e suas consequências nas relações entre polícia e população. *Caderno CRH*, 28(75), 639–656. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300012>
- Barros, J. P. P. (2019). Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. In V. Colaço, I. Germano, L. L. Miranda, & J. P. P. Barros (Orgs.), *Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos* (1ª ed., pp. 209–238). Expressão Gráfica e Editora.
- Barros, J. P. P., Moura, J. F., Jr., Almeida-Segundo, D. S., Saraiva, R. B., & Moreira, M. G. R. (2020). Pobreza, instituições e segurança: perspectivas de familiares de adolescentes

- assassinados no Ceará. *Psico*, 51(1), 1–13. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2020.1.32896>
- Bouso, R. S., Poles, K., Serafim, T. D. S., & Miranda, M. G. D. (2011). Crenças religiosas, doença e morte: perspectiva da família na experiência de doença. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 45(2), 397–403. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000200014>
- Bowlby, J. (1980). *Attachment and Loss*. Basic Books.
- Calado, M. G. (2020). Ações coletivas de mães em luto da Zona Leste de São Paulo: O papel da rede social digital Facebook na resignificação do luto. *Revista Extraprensa*, 13(2), 199–216. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2020.169719>
- Casellato, G. (2015). Luto não reconhecido: O fracasso da empatia nos tempos modernos. In G. Casellato (Org.), *O resgate da empatia: suporte psicológico ao luto não reconhecido* (pp. 15–28). Summus Editorial.
- Cerqueira, D. (2021). *Atlas da Violência 2021*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP.
- Costa, D. H. D., Njaine, K., & Schenker, M. (2017a). Repercussões do homicídio em famílias das vítimas: Uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 3087-3097. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.18132016>
- Costa, D. H. D., Schenker, M., Njaine, K., & Souza, E. R. D. (2017b). Homicídios de jovens: Os impactos da perda em famílias de vítimas^{1,2}. *Physis*, 27(3), 685-705. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000300016>
- Domingues, D. F., & Dessen, M. A. (2013). Reorganização familiar e rede social de apoio pós-homicídio juvenil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(2), 141-148. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000200003>

- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*.
Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP.
- Godoi, R., Grillo, C. C., Tonche, J., Mallart, F., Ramachiotti, B., & Braud, P. P. D. (2020).
Letalidade policial e respaldo institucional: perfil e processamento dos casos de
“resistência seguida de morte” na cidade de São Paulo. *Revista de Estudos Sociais*,
(73), 58-72. <https://doi.org/10.7440/res73.2020.05>
- Imbrizi, J. M., Martins, E. D. C., Reghin, M. G., Pinto, D. K. D. S., & Arruda, D. P. (2019).
Cultura hip-hop e enfrentamento à violência: uma estratégia universitária extensionista.
Fractal: Revista de Psicologia, 31(spe), 166-172. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29041
- Instituto Sou da Paz (2022). *Violência Armada e Racismo: o papel da arma de fogo na desigualdade racial*. Instituto Sou da Paz.
- Jimenez, L., Adorno, R., & Marques, V. R. (2018). Drogas-para que te quero? Drogadição e
adolescência na voz dos socioeducadores. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34, 1-11.
<https://doi.org/10.1590/0102.3772e34412>
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (Eds.). (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Organização Mundial da Saúde.
<https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude-1.pdf>
- Mbembe, A. (2017). *Políticas da Inimizade*. Antígona.
- Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*.
Editora Perspectiva SA.
- Ramos, V. A. B. (2016). O processo de luto. *Psicologia.PT*.
https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?o-processo-de-luto&codigo=A1021

- Rando, T. A., Doka, K. J., Fleming, S., Franco, M. H., Lobb, E. A., Parkes, C. M., & Steele, R. (2012). A call to the field: Complicated grief in the DSM-5. *OMEGA-Journal of Death and Dying*, 65(4), 251-255. <https://doi.org/10.2190/OM.65.4.a>
- Rocha, L. D. O. (2012). Black mothers' experiences of violence in Rio de Janeiro. *Cultural Dynamics*, 24(1), 59-73. <https://doi.org/10.1177/0921374012452811>
- Rodrigues, J. S. (2019). *Testemunhas da Necropolítica: implicações psicossociais dos homicídios juvenis no cotidiano de suas mães* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório Aberto da Universidade Federal do Ceará. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/44590>
- Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, 11(1), 83-89. <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>
- Santos, B. H. O. (2020). O biopoder como garantia do racismo de estado. *Contextura*, 12(16), 14-22. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistacontextura/article/view/19147>
- Santos, J. E. F. (2010). *Cuidado com o vão: repercussões do homicídio entre jovens de periferia*. Universidade Federal da Bahia.
- Stroebe, M., Stroebe, W., & Hansson, R. (1993). *Handbook of Bereavement: Theory, research and intervention*. University Press.
- Tavares, J. S. (2021). Expressão do luto na população negra: entre o invisível e o patológico. In J. S. Santana (Org.), *Saúde das populações negras na América e África* (1ª ed., pp. 63–83). EDUNEB.
- Worden, J. W. (2018). *Grief counseling and grief therapy: a handbook for the mental health practitioner*. Springer Publishing Company.